

## Educação de um povo: ruralismo e novas possibilidades

### ARTIGO

**Teresa Maria Siqueira Nascimento Arrais<sup>i</sup>**

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

**Diogo Pereira Bezerra<sup>ii</sup>**

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

1

### Resumo

Busca-se compreender a trajetória do ruralismo pedagógico no Brasil, entender como ocorreu o desenvolvimento histórico e social do ruralismo pedagógico, contribuir para preservação da história do ruralismo pedagógico no Brasil e analisar a importância de uma escola primária no meio rural, já que as condições de vida no campo exigem uma educação diferenciada. O trabalho se fundamenta no método de pesquisa documental. Referindo-se ao ruralismo pedagógico, este desenvolveu e estabeleceu uma proposta de formação do trabalhador rural a partir da ideia de reassentar o homem do campo por meio da pedagogia. Assim, as propostas apoiadas pelo movimento rural giravam em torno de três componentes fundamentais de diferentes formações: professores, métodos de ensino e currículo. A ideia de criar, no meio rural, uma escola primária diferente da escola urbana significava delimitar os conteúdos que até então eram disponibilizados a todas as crianças brasileiras.

**Palavras-chave:** Ruralismo pedagógico. Professor. Currículo.

**The education of a people: ruralism and new possibilities**

### Abstract

The aim is to understand the trajectory of pedagogical ruralism in Brazil, understand how the historical and social development of pedagogical ruralism occurred, contribute to preserving the history of pedagogical ruralism in Brazil and analyze the importance of a primary school in rural areas, since the conditions of life in the countryside require a differentiated education. The work is based on the documentary research method. Referring to pedagogical ruralism, it developed and established a proposal for training rural workers based on the idea of resettling rural people through pedagogy. Thus, the proposals supported by the rural movement revolved around three fundamental components of different training: teachers, teaching methods and curriculum. The idea of creating, in rural areas, a primary school different from the urban school meant delimiting the contents that until then were available to all Brazilian children.

**Keywords:** Pedagogical ruralism. Teacher. Curriculum.

## 1 Introdução

Desde a publicação da primeira constituição democrática de 1891, a educação brasileira atravessou um número significativo de reformas, realizadas em quase todos os Estados da Confederação. Entre as importantes reformas desse período, destaca-se a de Benjamin Constant, cujo objetivo era substituir um modelo curricular humanístico por um científico. Essas mudanças visavam reduzir os gastos do governo com a educação, bem como limitar o número de vagas disputadas pelos alunos na época. Além disso, havia uma ampla campanha de erradicação do analfabetismo, no sentido de atender às necessidades de toda a população do país (Roberto, 2022).

Durante a campanha republicana, a questão escolar ganhou novo fôlego em relação ao período anterior, sobretudo por ser uma das bandeiras dos opositores do regime monárquico, inspirada nos ideais da Revolução Francesa, do liberalismo e do positivismo. No entanto, as mudanças propostas pelos republicanos não foram implementadas de imediato com o anúncio do novo sistema, dado que o conservadorismo das forças políticas dominantes ainda era muito elevado (Jurt, 2012).

O problema enfrentado pelo povo residia também no baixo número de escolas e, conseqüentemente, nas vagas que se mantinham as mesmas do regime anterior, sem que se percebesse qualquer esforço nos primeiros anos da república no sentido da democratização das esferas de poder por meio da educação. Outro fator importante que influencia a organização do ensino e a formação da nacionalidade, fornecendo às gerações mais jovens os conhecimentos, valores e símbolos que os ajudam a se identificar como membros de uma comunidade é a legislação educacional vigente em determinado período, no caso a primeira metade do século XX. As leis obrigavam os proprietários rurais a investir na educação dos filhos dos empregados das fazendas dedicadas à lavoura e pecuária, ou seja, na educação dos filhos dos trabalhadores em geral. A partir das mudanças educacionais da Constituição Federal de 1930, os proprietários de fazendas tiveram que ser obrigados a fornecer educação (Freitas, 2014).

O ruralismo pedagógico é uma prática criada com o objetivo de fixar o homem no campo devido a diversos fatores, inclusive o êxodo rural, e com a ideia de que o Brasil era

um país agrícola, estabelecendo assim um ideal de escola normal rural. Esses pontos abordados pelo ruralismo pedagógico se perpetuaram desde os movimentos ocorridos na década de 1930, com o desejo de renovar a educação, conhecida como escola nova. Esse movimento apresentou a ideia de aliar prática e experiência, em que o aluno seria levado a revelar seu potencial (Santos; Paludo, 2022).

Antes da fundação da escola, o ensino era transmitido nas escolas régias, que começaram a surgir em 1860, sendo a primeira dirigida pelo capelão professor Padre Antônio de Almeida, com outras fundadas posteriormente. O público atendido pela escola era aquele que desejava ser professor rural. O plano de estudos era dividido em três: o primário, com duração de cinco anos; o curso complementar com duração de dois anos; e o curso normal rural com duração de três anos, incluindo práticas agrícolas nas suas disciplinas (Soares; Pedroso, 2016).

As atividades ocorridas no ambiente escolar estavam ligadas a aspectos do campo, mas também à preparação para o cotidiano dos alunos. Por exemplo, a disciplina de psicologia educacional visava preparar o aluno por meio da educação moral, cívica e intelectual.

Os problemas com a educação pareciam tão graves na época que Miguel Couto (1927) defendia que só havia um problema nacional no Brasil: a educação do povo. Essa afirmação destaca a importância crucial da educação na solução de uma série de desafios sociais, econômicos e políticos enfrentados pelo país. Couto enfatizava que, ao investir na educação da população, o Brasil poderia promover o desenvolvimento social, econômico e político, capacitando os cidadãos a enfrentar os desafios e contribuir para o progresso da nação.

O desinteresse pela educação resultou na facilidade de exercer o controle sobre os instrumentos de poder, pois o alfabetismo significava a garantia da aquisição de direitos políticos para a população em geral, já que, segundo a Constituição, o analfabeto não poderia expressar sua vontade através de votação. Nesse contexto, embora tenhamos passado do voto censitário para o sufrágio universal, a falta de educação ainda contribuía

para manter o poder nas mãos de alguns membros das oligarquias do diadema existentes no Brasil.

Outro fato que não pode ser negligenciado, quando se olha para os baixos índices de alfabetização, é o fato de que as crianças rurais ingressam na escola aos dez anos e abandonam a escola aos doze, principalmente aquelas que contribuíam com os pais no processo produtivo, tanto para o sustento da família quanto para a expansão da produção para o mercado, de acordo com as opiniões dos educadores da época (Barros *et al.*, 2021).

Sud Menucci acreditava que no Brasil havia uma lei urbanística que era um obstáculo para a fixação do homem no campo. Para ele, o fato de toda legislação ser eminentemente formulada para as cidades, principalmente aquela que trata da questão de a saúde, contribuía para expulsar o homem de seu *habitat* rural. Ele denunciou que, no vestibular para o curso de educadores sanitários, realizado regularmente todos os anos em São Paulo, no instituto de Higiene, o fato de o candidato ser professor rural era o motivo da obtenção das notas mais baixas, já que em todas as escolas a legislação, como os reformadores educacionais, eram de natureza urbana (Silva, 2023).

Neste caso, entendeu-se que as práticas educacionais proporcionadas pelo Estado se tornaram grandes aliadas das correntes que queriam favorecer as mentalidades urbanas e as propostas migrantes que ali se concretizavam. Sentia-se que todas as condições a que eram submetidos os assalariados agrícolas eram adversas, não deixando espaço para que buscassem sua autonomia política e econômica. A forma como os objetivos da escola são apresentados supõe criações humanas e pedagógicas que nem sempre estão de acordo com as intenções explicitadas pelos professores.

O primeiro grande objetivo da escola da aldeia é obter a reputação das pessoas da comunidade. Na época em que esse conceito foi expresso, geralmente se considerava reputação como a opinião pública ou percepção que as pessoas da comunidade tinham sobre um indivíduo. Era uma avaliação subjetiva baseada em diversos fatores, como comportamento, caráter, status social, realizações pessoais e contribuições para a comunidade. No entanto, o pragmatismo e os preconceitos expostos, muitas vezes, comprometem possíveis obras de autêntico valor humano. A educação primária no campo,

antes de tudo, é o principal fator de avaliação de uma pessoa em termos do ambiente em que ela vive.

Por outro lado, são frequentes as propostas de restrição dos conteúdos abastecidos no ensino fundamental, muitos dos quais considerados supérfluos, especialmente quando não estão diretamente ligados às práticas profissionais. A ideia de criar, no meio rural, uma escola primária diferente da escola urbana significava limitar os conteúdos que até então eram disponibilizados ao menos ao direito de todas as crianças brasileiras, pois as condições da vida no campo exigiam uma educação diferenciada (Lúcia *et al.*, 2009).

O governo considerava uma questão de princípio manter os homens no campo, e assim evitar a imigração. Prometeu criar núcleos de colonização, nos quais os trabalhadores seriam amparados e compensados pelo governo com a disciplina do trabalho metódico e persistente. Vargas desaconselhou a fuga para cidade, denunciando a ilusão de uma existência fácil e confortável que encorajava a imigração.

Os programas de ensino deveriam visar a integração consciente e final do indivíduo, em vez de dar-lhe conhecimentos gerais que são desnecessários. Os brasileiros abordaram a modernidade de maneiras diferentes e sofreram com a atração e antecipação da cidade-estado. Mesmo assim, os ideólogos do governo tentavam persuadir os paisanos daquilo que lhes parecia o governo mais interessante econômica e politicamente, o que nem sempre atendia às reais necessidades dos trabalhadores. Assim, apresentavam as atividades agrícolas, que ofereciam as melhores perspectivas de vida ao indivíduo e à nação.

## 2 Metodologia

Este estudo adota o método de pesquisa documental como abordagem metodológica para investigar a educação rural. O método de pesquisa documental baseia-se na análise crítica e interpretativa de fontes documentais, que incluem documentos históricos, registros oficiais, textos, imagens, relatórios, entre outros materiais relevantes

para a pesquisa. A pesquisa documental é uma metodologia amplamente utilizada em estudos históricos, sociológicos e outras áreas das ciências sociais, permitindo acesso a informações valiosas para a compreensão e análise de determinado tema ou problema de pesquisa (Marconi; Lakatos, 2017).

Os critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para garantir a qualidade e a relevância dos documentos selecionados. Para inclusão, os documentos devem apresentar informações pertinentes ao tema de pesquisa e serem considerados confiáveis e autênticos. Para exclusão, foram descartados documentos desatualizados, irrelevantes ou de baixa qualidade metodológica que não contribuem para os objetivos da pesquisa.

A busca por documentos foi realizada em bases de dados acadêmicas, incluindo o Portal de Periódicos CAPES, ERIC e Scielo. Foram utilizadas palavras-chave relacionadas ao tema de pesquisa, bem como operadores booleanos para refinar as buscas e encontrar os documentos mais pertinentes. A busca foi conduzida de forma sistemática e abrangente, considerando a disponibilidade de documentos em língua portuguesa e inglesa.

Os documentos selecionados foram acessados por meio das bases de dados online disponíveis e também por meio de visitas a bibliotecas e arquivos físicos. Os materiais coletados foram organizados e catalogados de acordo com a temática da pesquisa, facilitando a análise e a recuperação das informações relevantes para o estudo.

A análise dos documentos foi realizada de forma crítica e contextualizada, visando compreender contextos, eventos, processos e relações sociais pertinentes ao problema de pesquisa. Foram identificados padrões, tendências e lacunas na literatura documental analisada, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento científico sobre o tema investigado.

### 3 Resultados e Discussão

Para permitir algumas mudanças no sistema educacional, embora as bases anteriores fossem mantidas, importantes reformas educacionais foram realizadas, dentre

as quais se destaca a reforma de Benjamin Constant, mencionado anteriormente, que teve como princípios norteadores a liberdade e a educação laica, além da gratuidade do ensino fundamental, conforme estabelecido na constituição. Uma das intenções claras desta reforma era transformar o ensino dos alunos formadores para o ensino superior. A reforma foi duramente criticada tanto por positivistas, que diziam que ela não respeitava os princípios educacionais de Comte, quanto por defensores da primazia literária (Veneu; Ferraz; Rezende, 2015).

As relações de produção foram pinçadas do sistema baseado no jugo, e havia um grande distanciamento entre os discursos e as práticas dos novos administradores sobre a educação nos primeiros anos do sistema republicano. Homens com a mesma visão do presidente Marechal Deodoro da Fonseca confessaram publicamente a necessidade de mudanças no ensino público e chegaram a dizer que as cogitavam, reformas que foram prejudicadas pela ausência de leis específicas. Essas leis, apesar da mudança de regime, mantiveram-se as mesmas do império (a ausência de alterações poderia mesmo ser justificada pela brevidade do período republicano e pela ausência de uma constituição específica do novo regime), o que, em certa medida, poderia contribuir para retardar a expansão dos cadastros e o atendimento de importantes setores da população (Sylvia *et al.*, 2022).

Vista por alguns professores e por grande parte da população como um dos meios possíveis de acesso ao poder, acreditava-se que a educação seria um dos mais importantes facilitadores da ascensão social, pois tanto a classe média emergente quanto a classe proletária haviam iniciado seu processo educacional. A democratização da educação, nessa perspectiva, levaria inevitavelmente a mudanças políticas e sociais, principalmente no que se refere à distribuição de renda, conhecimento e poder, elementos que as oligarquias de um país que acabara de ser abolido jamais admitiriam, pelo menos legalmente (Santos; Paludo, 2020).

Os avanços políticos esperados chegam com a promulgação da carta Magna de 1891, primeiro marco legal da República Brasileira, que consagra uma concepção de federalismo em que a responsabilidade pública pela educação básica passa a ser

descentralizada, ficando a cargo das províncias e municípios. A associação reservou o papel de incentivar essas atividades, uma vez que essa área assumira maior presença no ensino médio e superior (Sérgio; Pierro, 2000).

Se a educação ministrada não preparava o aluno para a vida, a escola servia para distribuir certificados que, segundo certos detratores da época, não correspondiam à realidade do país. Nesse sentido, em 1918, o então presidente da república Venceslau Brás Pereira Gomes, denunciou a existência de uma “indústria de distribuição de diplomas”, afirmando que, em um país onde a formação profissional era deficiente, as leis vigentes aumentaram o ensino do ensino médio, já superabundante, nivelando bons e maus institutos secundários e superiores, e até uma indústria de diplomas foi criada (Almeida; Grazziotin, 2016).

Num período em que predominavam as relações de coronelismo (prática política em que os coronéis forçavam seus empregados a votarem em seus candidatos para continuarem no poder), especialmente nas regiões consideradas mais atrasadas, como era o caso do Nordeste, prevalecia uma política regionalista cujas bases organizacionais não diferiam muito do sistema anterior, principalmente por sua base agrário-comercial estrutural. O coronelismo era um sistema político marcado pelo poder concentrado nas mãos de poucos líderes locais, os coronéis, que exerciam um controle autoritário sobre as comunidades rurais e influenciavam profundamente os processos eleitorais e as políticas públicas em suas regiões. Por essas razões, era difícil para o poder central investir maciçamente em um setor considerado pelas elites de pouca utilidade para o desenvolvimento econômico do país, como era o caso da educação.

Nesse sentido, a intenção do presidente Artur Bernardes de garantir que os estados destinassem pelo menos dez por cento de todas as suas receitas ao ensino primário e normal pode ser vista como um grande estímulo para o desenvolvimento da educação. Para a concretização de sua proposta, as atribuições e obrigações de cada um permaneceriam assim distribuídas: ao sindicato caberia pagar os professores e fiscalizar a educação; e aos Estados caberia providenciar o local de funcionamento das escolas e o material escolar necessário. Outro pré-requisito básico do projeto era obrigar os países a

não reduzir o número de escolas existentes em seu território e a gastar pelo menos dez por cento de sua renda na educação primária e regular (Roberto, 2018).

Quanto à formação profissional, verificou-se que não trouxe os resultados esperados pelas camadas hegemônicas da elite dirigente do país. Propuseram-se então novas medidas, com sugestões de reeducação da sociedade pela alfabetização, interpretadas por eles como uma necessidade para mensurar a grandeza da nação graças ao seu desenvolvimento literário. Contrariamente à ideia dos estudos literários em particular, o presidente Artur Bernardes defendia que a tendência apresentada como mais moderna à época era uma afronta à cultura literária, que resulta em aprendizado prático de ciências aplicadas. Seguindo esta linha de raciocínio, Artur Bernardes afirmava que a tecnologia possuía um lugar relevante na educação de pessoas que caminhavam na vanguarda da civilização, embora considerasse um grave erro a asserção de que o estudo das humanidades deveria ser considerado perda de tempo. Segundo ele, em países considerados práticos e que se distinguiam por seu grande desenvolvimento industrial, era justamente onde se enxergavam culturas com mais apreço e profundidade aos estudos clássicos. Para ele, o que aconteceu foi que deixaram de erigir o quase exclusivo programa de educação espiritual, conservando, porém, dentro dele um lugar honroso (Saviani, 2013).

As dificuldades de organização política refletiam-se diretamente no processo educacional. Dessa forma, o número de vagas garantidas para estudantes dos setores populares era quase inexistente, o que denota o grande desdém das autoridades para com a classe trabalhadora, principalmente devido aos interesses agrários defendidos na época. A reserva de cinco vagas para alunos pobres parece ter sido um grande avanço em relação a todo o período anterior, principalmente quando se considera o interesse dos coronéis pela educação do povo. Nesse sentido, Bernardes afirmou que, longe de dificultar o ingresso dos alunos pobres na universidade, a nova lei criou cinco vagas gratuitas para eles em cada ano do curso, três das quais seriam contempladas à escolha dos alunos (Colistete, 2019).

Fazendo parte de uma sociedade urbanizada, nossos governantes abandonaram o meio rural e direcionaram seus investimentos para os setores urbanos, locais onde se concentravam as pessoas que trabalhavam na indústria e que, por não se dissiparem, reduziram consideravelmente seu apelo facilitado aos futuros votantes, como mencionado. Ao lado das dificuldades de adaptação dos professores atuantes no meio rural, formados em escolas voltadas para o meio urbano, havia um fator ainda mais agravante da perda de tempo que nem sempre os trabalhadores rurais compreendiam: para um treinamento mais preciso, teriam que permanecer na cidade-estado por meses, ou até anos. Isso teria levado a um dilema difícil, como investir na formação de trabalhadores rurais para serem professores em sua própria região ou aceitar alguém de origem urbana. Ambas as soluções foram rejeitadas pelos trabalhadores rurais, seja pelo tempo necessário para a formação da primeira, seja pela ideologia urbana imbuída pela segunda (Hirata; Melo; Oliveira, 2022).

O ruralismo pedagógico no Estado Novo foi pragmático em mais de um sentido: primeiro, porque construiu a ideia de uma escola centrada nas tarefas práticas e nas necessidades imediatas das populações rurais pobres; em segundo lugar, porque reescreveu a noção de valorização do ser humano e do desenvolvimento da natureza humana, fingindo acreditar que menos valia mais, num discurso ideológico bastante admitido e legitimado, referindo-se, isto é, a sistemas de grupos sociais hegemônicos (Silva, 2023).

Ao analisar outros documentos, é colocado que "O ruralismo pedagógico deve buscar a emancipação dos sujeitos do campo, fortalecendo sua identidade e autonomia" (Leite, 1999, p. 35). Esta citação de Sérgio Celani Leite ressalta o objetivo do ruralismo pedagógico de buscar a emancipação dos sujeitos do campo. Ele destaca a importância de fortalecer a identidade e autonomia dessas populações, o que sugere uma abordagem educacional que valorize a diversidade e a participação ativa das comunidades rurais. Isso implica uma educação que contribua para o empoderamento e a transformação social dos povos do campo.

Referindo-se à noção de ruralismo pedagógico, desenvolveu-se e estabeleceu-se para definir uma proposta de formação do trabalhador rural a partir da ideia de reassentar o homem do campo por meio da pedagogia. Assim, as propostas apoiadas pelo movimento rural giravam em torno de três componentes fundamentais de diferentes formações: professores, métodos de ensino e currículo (Souza-Chaloba, 2023).

A ideologia rural rejeita a convergência de formas escolares e oferece diferentes escolas que vão ao encontro das necessidades educacionais de cada realidade social. O ruralismo deve propagar uma educação que combine as condições regionais e subsidie as famílias rurais. Consequentemente, esse governante teve que cancelar vários privilégios garantidos pela constituição de 1934, a fim de impedir a intervenção de dissidentes e a derrubada de seu governo. Dessa forma, direitos como a liberdade de expressão e manifestação, garantidos pela constituição de 1934, foram revogados. Para isso, a solução que Vargas encontrou foi articular com determinados grupos sociais favoráveis ao seu governo, um golpe de estado contra a radicalização, tanto da esquerda quanto da direita, estabelecendo assim um novo período de governo, denominado Estado Novo (Rios, 2016).

É um momento chave na formação de professores, socialização e formação profissional. Nesse processo, pode-se compreender que a educação básica é um momento ímpar no que diz respeito ao desenvolvimento científico, cultural, social e pedagógico dos professores. Desenvolvimento, que no caso dos professores rurais, deve ser articulado e de acordo com as matrizes culturais e marcas identitárias da população rural (Cavalcante, 2010).

Assim, a escola do campo ofertava ao homem condições para uma vida produtiva, de acordo com os valores dominantes, proporcionando-lhe, ainda, vantagens imateriais. Havia alusões enfáticas, mas vagas, às vantagens que a escola rural expedia ao agricultor. Vale mencionar a hipótese de que, a partir de um conhecimento mais racional dos métodos de trabalho, o homem do campo ganharia maiores rendimentos e, assim, tornaria sua casa mais confortável e seu trabalho menos oneroso (Celeste Filho, 2019).

É colocado por Illich (1971, p. 12) que "A educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimentos, mas sim um processo de construção de conhecimentos, de construção de pessoas, de construção de uma sociedade." Esta citação destaca a importância da educação como um processo de construção, em vez de apenas transmissão de conhecimentos. Illich enfatiza que a educação deve ser vista como um processo que envolve a construção de conhecimentos, pessoas e sociedade, o que implica uma abordagem mais participativa e crítica. Isso sugere que a educação deve ser vista como um processo de mudança e desenvolvimento, em vez de apenas uma transmissão de informações.

O conceito de educação está associado à ideologia e aos interesses do grupo de pais unidos, que Vargas edificou visando capturar homens do campo com o objetivo político e econômico de ocupar áreas rurais pouco povoadas. Mudar e adaptar as pessoas ao ambiente é uma meta recorrente, que as escolas do campo deveriam alcançar. O valor da escola rural aqui mencionada traduziu-se em trabalho cívico, econômico e patriótico. O retorno ao campo é, em grande parte, atribuído a essa instituição, por meio da qual batalham contra os preconceitos urbanos, fruto de uma prática escolar que, na verdade, sugere aos paisanos um caminho para a cidade. O alfabetizado, ao invés de ser útil, tornou-se um suporte para a colheita, tóxico e extremamente poderoso e violento (Andrade; Rodrigues, 2020).

O objetivo da escola do campo é formar, de certa maneira, o estado de espírito do campo, o aluno segundo a opinião do educador. Era difícil para a escola primária rural formar os alunos iniciados que, quando adultos, iriam assumir a gestão dos assuntos locais, desde a administração municipal até à gestão dos assuntos privados na agricultura e na pecuária. Assim, o destino das crianças do campo dependia de as escolas primárias criarem as condições para os que viviam no campo se adaptassem às condições econômicas, morais e sociais. O assentamento rural masculino devia ser voluntário, por meio de atividades escolares de alfabetismo. Os educadores pareciam estar particularmente preocupados com a migração rural-urbana, e é verdade que não só eles, mas também o governo e outros grupos dirigentes. De qualquer forma, a insistência que

havia caracterizado a intervenção de porta-vozes do governo federal, do próprio presidente e de educadores sugeriam que havia questões imediatas sobre a proteção do apego ao meio rural (Duarte; Campos, 2020).

"A educação rural deve estar intimamente ligada à vida e às necessidades da comunidade, valorizando seus conhecimentos e práticas tradicionais" (Brandão, 1982, p. 25). Esta citação de Carlos Rodrigues Brandão destaca a importância de uma educação rural que esteja alinhada com a vida e as necessidades da comunidade. Ele enfatiza a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais, o que sugere uma abordagem mais contextualizada e relevante para as populações rurais. Isso implica uma educação que reconheça e valorize a cultura e o modo de vida das comunidades rurais, em vez de impor modelos urbanos.

Uma das principais causas do êxodo rural é a falta de conforto, educação, saneamento e recursos médicos, bem como a falta de distrações, etc. A solução recomendada é a educação. O Estado Novo visava não apenas a ideia e o desejo de fixar pessoas no campo, mas também convidava os brasileiros a colonizar o interior do Brasil para conquistar a exploração econômica e a vida cultural por meio do povoamento. A expansão, até aquele momento, era apenas nas áreas de propriedade legal do governo.

O interesse pelo interior do Brasil tinha um duplo caráter: por um lado, era econômico e visava expandir mercados e criá-los em áreas onde a presença do capitalismo era descompassada em relação aos centros urbanos. Em outras palavras, tratava-se de atualizar o capitalismo rural, retornando-o às décadas de 1930 e 1940. Ao mesmo tempo, o projeto político do Estado não podia prescindir da incorporação do meio rural em seu campo de influência e controle, especialmente em tempos de guerra, pois o Estado Novo durou seis anos. Portanto, o Estado não podia, tanto economicamente quanto politicamente, esquecer o seu papel de gestor econômico na formação social, necessária para a incorporação da terra e dos homens do campo (Novaes, 2018).

Em outros documentos analisados, é descrito que "A educação rural deve ser um espaço de diálogo e troca de saberes entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais" (Molina, 2006, p. 45). Esta citação de Mônica Castagna

Molina enfatiza a importância de um diálogo e troca de saberes entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais no contexto da educação rural. Ela sugere uma abordagem que valorize e integre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo a legitimidade e a relevância dos saberes locais. Isso implica uma educação que promova o encontro e a interação entre diferentes perspectivas, contribuindo para a construção de um conhecimento mais amplo e contextualizado.

Um método proposto para facilitar a ocupação das áreas rurais por meio das escolas é a criação de escolas coloniais, em que o sertão será colonizado e assentado por famílias, enquanto o estado fornecerá infraestrutura básica. Como justificativa para sua criação, a baixa densidade populacional foi lembrada como um dos importantes entraves políticos voltados para a limpeza, educação e socialização dessas áreas. Assim, o núcleo da população rural estava espalhado e separado por grandes distâncias. A criação de colônias escolares funcionaria como meio de formar os futuros trabalhadores rurais, coordenando suas condições de saúde e socializando-os segundo os ideais do Estado Novo, integrando-os assim à cidadania no sentido hegemônico (Souza; Ostermann; Rezende, 2020).

Havia uma expectativa por parte dos sujeitos do discurso hegemônico de que a escola civilizasse em um sentido muito amplo, socializando em termos de práticas educacionais, assistência à saúde e ideologia do estado escolar. Houve uma avaliação consensual de que as condições socioeconômicas na área rural eram extremamente instáveis.

A maior razão para um fracasso tão grande é a incapacidade de se adaptar ao ambiente em que a escola está inserida. Assim, as escolas dispersas do meio rural tornaram-se o fator mais destruidor da degradação ambiental, pois são um aparato educacional falho, remetido nas mãos de professores incompetentes que desconhecem os principais problemas da educação rural de baixa renda, que era uma visão que se tinha no período. O discurso do ensino rural reafirma a importância dos alunos das escolas do campo para a economia brasileira. Mas eles veem os métodos de trabalho tradicionais como uma barreira para aumentar sua produtividade (Novaes, 2018).

Por razões coerentes ou sociológicas, o conceito de ser humano naquela época era extremamente negativo. Os homens do campo eram vistos como desrespeitosos com os animais. As representações que os textos faziam eram de homens e meninas extremamente tolos, sujeitos a todos os tipos de submissão: religiosa, profissional e sanitária. O homem rural era cabido como um pastor de cabras que queimava, arrasava e destruía a riqueza; e a escola, que não fazia a sua parte para ensinar o amor à natureza, o conhecimento do valor da agricultura, bem como as técnicas que conferiam maior produtividade, trabalho, acabava por criar as condições para que o homem abandonasse os campos (Souza, 2017).

Em síntese, uma formulação ideológica inteligente e atraente, destinada a comprometer certas práticas e certos pontos da vida da população, atraía-os para uma rede de cooperação nacional e compromisso com o governo do Estado Novo. Também visava fornecer um espaço público de convivência, em uma área que, até então, era estritamente privada. O mesmo se aplicava ao ensino de economia doméstica. A educação, pelo menos ao nível do discurso explícito, assumiu um papel importante como veículo de um processo de modernização que invadiu a vida das pessoas, envolvendo-as numa rede de relações, cujo principal referente era o Estado autoritário e paternalista, que, desta forma, aprofundou o caráter antidemocrático com que a modernidade e a cidadania foram introduzidas na existência da classe trabalhadora brasileira.

## 4 Considerações finais

A trajetória do ruralismo pedagógico no Brasil revela uma tentativa significativa de promover uma educação diferenciada para as comunidades rurais, reconhecendo suas particularidades e necessidades específicas. Ao longo do desenvolvimento histórico e social do ruralismo pedagógico, observou-se um esforço para criar uma escola primária adaptada ao contexto rural, oferecendo um currículo e métodos de ensino que considerassem as realidades e demandas do campo. A preservação da história do ruralismo pedagógico é crucial não apenas para entender o passado educacional do país,

mas também para refletir sobre os desafios e oportunidades presentes na educação rural contemporânea.

Por fim, a análise da importância da escola primária no meio rural ressalta a necessidade contínua de políticas e práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e socioeconômica do Brasil. As condições de vida no campo demandam uma abordagem educacional diferenciada, que promova não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento integral dos alunos, capacitando-os a enfrentar os desafios e contribuir para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades. Assim, a reflexão sobre o ruralismo pedagógico nos convida a repensar o papel da escola no meio rural e a buscar estratégias eficazes para garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente do contexto em que vivem.

## Referências

ALCANTARA, Wiara Rosa; MELONI, Reginaldo Alberto; CARDOSO, Giseli de Oliveira. Os primeiros professores de ciências naturais das escolas secundárias paulistas: uma perspectiva histórica (1880-1909). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, 2022. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782022000100219&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782022000100219&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 out. 2023.

ALMEIDA, Doris Bittencourt; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. Diferenças em um espaço de iguais: relações de gênero numa Escola Normal Rural (1950 - 1960). **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, v. 18, n. 26, p. 183–202, 14 jan. 2016.

ANDRADE, F. M. R. D.; RODRIGUES, M. P. M. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

BARROS, A. DA S. X. *et al.* A Educação no entardecer da vida. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 19 maio 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAVALCANTE, L. O. H. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 68, p. 549–564, set. 2010.

CELESTE FILHO, M. A educação rural brasileira analisada por lourenço filho no início da década de 1960. **História da Educação**, v. 23, p. e89570, 25 nov. 2019.

COLISTETE, R. P. Contando o Atraso Educacional: Despesas e Matrículas na Educação Primária de São Paulo (1880-1920). **Dados**, v. 62, n. 2, 2019.

COUTO, Miguel. **No Brasil só há um problema nacional**: a educação do povo. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1927.

DIAS, Alessandra Geralda Soares. **Práticas de escrita**: os diários manuscritos das alunas da Escola Normal Rural de Conselheiro Mata (Diamantina, MG) - 1950-1962. 2017. 138 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

DUARTE, Adriana Otoni Silva Antunes; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Escola ativa no Brasil na obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; *et al.* Formação profissional da educadora Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 1–24, 13 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9387>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FREITAS, L. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc**, v. 35, p. 1085–1114, 2014.

HIRATA, G.; MELO, L.; OLIVEIRA, J. B. O Fundeb e a questão da equidade. **Revista Brasileira de Economia**, v. 76, n. 2, 2022.

ILLICH, Ivan. **A Desescolarização e a Liberdade**. 1971. p. 12.

JURT, J. O Brasil: um Estado-nação a ser contruído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Mana**, v. 18, n. 3, p. 471–509, dez. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LÚCIA, A. *et al.* Mães de sonhos: uma proposta de reflexão e intervenção nas relações familiares. **Saude E Sociedade**, v. 18, n. suppl 1, p. 57–62, 1 mar. 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NOVAES, Luciana Aparecida Godinho. **Escolas normais paulistas (1950-1970): uma análise a partir de práticas pedagógicas e de narrativas de formação**. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2018.

ROBERTO, C. A CONSTITUINTE PAULISTA DE 1891, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1891 E A EDUCAÇÃO ESCOLAR. **Educação & Sociedade**, v. 43, 1 jan. 2022.

ROBERTO, C. Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1217–1252, 1 out. 2018.

SANTOS, M. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 98, p. 185–212, mar. 2018.

SANTOS, M. G. C. DOS; PALUDO, C. Neoruralismo pedagógico: a formação dos trabalhadores do campo no projeto neodesenvolvimentista brasileiro (2001–2016). **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270104, 28 nov. 2022.

SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; PALUDO, Conceição. Contribuições do estado da questão na pesquisa sobre política pública, Educação Rural e Educação do Campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p. e7365, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/7365>. Acesso em: 3 out. 2023.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 743–760, set. 2013.  
SÉRGIO, H.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, p. 108–130, 1 ago. 2000.

SILVA, C. O movimento pela ruralização do ensino e a circulação das suas ideias no Brasil e no exterior (1930-1950). **História da Educação**, v. 27, p. e125586, 12 maio 2023.

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Formação de educadores na educação de jovens e adultos (eja): alinhando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 251–268, dez. 2016.

SOUZA, J. D.; OSTERMANN, F.; REZENDE, F. Educação do campo na voz da pesquisa em educação em ciências. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 22, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 179–209, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017179>. Acesso em: 3 out. 2023.

SOUZA-CHALOPA, R. F. Uma Década de Pesquisas sobre a História da Educação Rural no Brasil (2012 - 2022). **História da Educação**, v. 27, p. e129565, 11 dez. 2023.

SYLVIA, C. *et al.* Reforma do ensino médio: a institucionalização do apartheid social na educação. **Educação & Sociedade**, v. 43, 1 jan. 2022.

VENEU, Aroaldo; FERRAZ, Gleice; REZENDE, Flávia. Análise de discursos no ensino de ciências: considerações teóricas, implicações epistemológicas e metodológicas. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 126–149, abr. 2015.

<sup>i</sup>**Teresa Maria Siqueira Nascimento Arrais**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9682-4810>

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, Instituição Federal do Rio Grande do Norte – Campus Mossoró  
Possui graduação em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e bacharelado em Direito pela Universidade Regional do Cariri. Tem experiência na área de Educação e Formação de Formação de Professores. Consultora UNESCO 2010: Estado do Piauí. Foi docente no Centro Universitário de Juazeiro do Norte (UNIJUAZEIRO). Atual presidente da Fundação Memorial Padre Cícero.  
Contribuição de autoria: Autora principal  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7934349347164073>  
E-mail: [teresasiqueira.ts@gmail.com](mailto:teresasiqueira.ts@gmail.com)

<sup>ii</sup>**Diogo Pereira Bezerra**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0159-4117>

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)  
Possui graduação em Licenciatura em Química pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com Mestrado e Doutorado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é docente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) atuando com docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT - Mestrado Profissional em Rede Nacional) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN – Doutorado Acadêmico).  
Contribuição de autoria: Orientador  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2270099530704886>  
E-mail: [diogo.bezerra@ifrn.edu.br](mailto:diogo.bezerra@ifrn.edu.br)

**Editora responsável:** Genifer Andrade

**Especialista *ad hoc*:** Francisca Genifer Andrade de Sousa e Manuelle Araújo da Silva

## Como citar este artigo (ABNT):

ARRAIS, Teresa Maria Siqueira Nascimento.; BEZERRA, Diogo Pereira. Educação de um povo: ruralismo e novas possibilidades. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, 11764, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/11764>

Recebido em 19 de outubro de 2023.

Aceito em 14 de maio de 2024.

Publicado em 16 de junho de 2024.